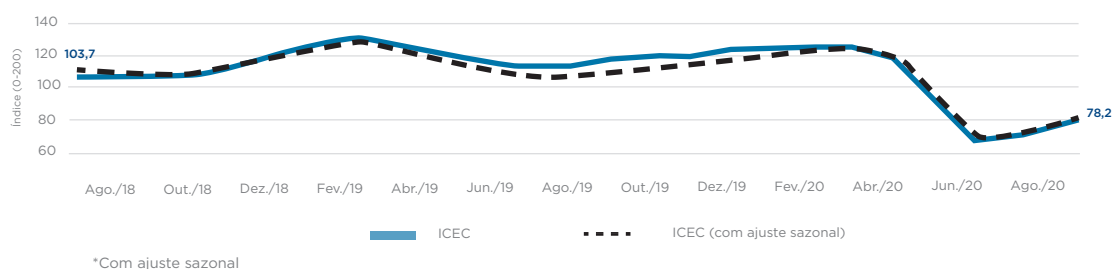


Sumário Econômico



Confiança do empresário do comércio tem crescimento histórico em agosto

Confiança do empresário do comércio – Evolução e abertura do índice



ÍNDICE	Ago./20	Variação mensal*	Variação anual
Condições atuais do empresário do comércio	36,9	+5,9%	-58,2%
Economia	22,5	+14,0%	-70,7%
Setor	41,1	+6,5%	-51,9%
Empresa	46,9	+1,7%	-54,0%
Expectativas do empresário do comércio	127,1	+17,8%	-18,7%
Economia	116,5	+19,3%	-23,3%
Setor	128,6	+16,7%	-17,4%
Empresa	136,3	+17,7%	-15,6%
Intenções de investimentos	70,5	+4,3%	-29,8%
Na contratação de funcionários	77,9	+13,9%	-35,0%
Na empresa	54,3	+2,2%	-39,5%
Em estoques	79,3	-2,4%	-13,6%
ICEC	78,2	+11,5%	-32,0%

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), alcançou 78,2 pontos em agosto, com crescimento de 11,5% em relação a julho. Embora o índice permaneça na zona pessimista, abaixo dos 100 pontos do corte de indiferença, o crescimento mensal foi o maior observado na série histórica do Icec,

iniciada em abril de 2011. Na comparação interanual, a queda da confiança foi de -32%.

A satisfação quanto às condições correntes, o Índice de Condições Atuais do Empresário do Comércio (Icaec), chegou a 36,9 pontos, primeiro aumento (+5,9%) após quatro meses de quedas intensas que fizeram o índice alcançar o mínimo histórico em julho (34,2 pontos). Em ►

- ▶ relação a agosto de 2019, as avaliações correntes tombaram 58,2%.

O subíndice referente às expectativas, Índice de Expectativas do Empresário do Comércio (IEEC), permaneceu acima dos 100 pontos, no maior nível dentre os subíndices do Icec (127,1 pontos), indicando que os comerciantes estão otimistas para o curto prazo em relação à economia e ao desempenho do comércio e da própria empresa. Em relação a julho, o crescimento foi de 17,8%, mas, comparativamente a agosto de 2019, o subíndice reduziu -18,7%.

Quanto às intenções de investimento, o Índice de Investimento do Empresário do Comércio (IIEC) também obteve variação mensal positiva (+4,3%), alcançando 70,5 pontos. Em relação a agosto de 2019, houve queda de -29,8%, refletindo que os empresários ainda estão céticos para investir na empresa, na renovação dos estoques e na contratação de funcionários.

Condições correntes: diminui proporção de comerciantes que avaliam condições econômicas como piores

O item referente às condições atuais da economia cresceu 14%, atingindo 22,5 pontos em agosto. Na comparação com agosto de 2019, a queda foi de 70,7%. Houve pequena melhora na avaliação dos comerciantes quanto ao desempenho atual da economia, em que 92,8% consideram que as condições estão piores do que há um ano, enquanto o indicador havia alcançado 94 pontos em julho e 60,3 pontos em agosto de 2019.

A despeito da reabertura gradual do comércio não essencial, a percepção pessimista quanto ao nível atual de atividade econômica segue influenciada pela crise da Covid-19. A retomada da atividade econômica ocorre de forma gradual, uma vez que a redução em praticamente todos os setores foi bastante intensa durante a pandemia.

Quanto às condições correntes do setor do comércio, o índice atingiu 41,1 pontos, aumento mensal de 6,5%, mas queda de 51,9% em comparação a agosto do ano passado. As avaliações negativas representaram 83,7% das respostas dos empresários, menor, portanto, do que os 85,2% de julho e acima dos 55,4% de agosto de 2019.

O volume de vendas no comércio varejista cresceu novamente em junho, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 12,6% no conceito ampliado e 8,0% no restrito. Apesar das restrições que a pandemia ainda impõe para as vendas físicas, o comércio tem viabilizado parte

do faturamento pelo comércio eletrônico e outros canais digitais.

O grau de satisfação quanto ao desempenho atual das empresas também aumentou em agosto (46,9 pontos, +1,7%), embora a maioria dos varejistas ainda perceba condições de operação piores (81,8%). A proporção negativa atual está abaixo da registrada em julho (82,2%), porém acima de agosto do ano passado (44,6%).

Expectativas: perspectivas otimistas para o curto prazo nos três indicadores

Em relação às expectativas para a economia, o índice alcançou 116,5 pontos, crescimento mensal de 19,3% em relação a julho, o segundo consecutivo. O indicador voltou à zona de avaliação otimista, acima dos 100 pontos do corte de indiferença, uma vez que cresceu a proporção dos empresários que esperam melhora do nível de atividade da economia nos meses à frente: 64,7%, ante 50,8% em julho e 86,3% em agosto de 2019.

Com indicadores da atividade dos principais setores da economia mostrando que o fundo do poço desta crise ficou em abril, as estimativas da pesquisa Focus de 14 de agosto, do Banco Central, apontaram queda ainda menos acirrada do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano: há quatro semanas, as projeções indicavam redução de 6%; na semana atual, o mercado espera que o encolhimento do PIB deva ser de 5,5%.

Em relação ao setor do comércio, também houve aumento do índice de expectativas, que cresceu 16,7% em agosto, atingindo 128,6 pontos. O maior grau de otimismo em relação ao comércio nos meses à frente fez o índice alcançar a zona otimista, em que, para 72,5% dos empresários, o desempenho do comércio vai melhorar no curto prazo, ante 58,6% no mês anterior e 88,3% em agosto de 2019.

Com o efeito benigno dos benefícios emergenciais no consumo de bens e o impacto positivo no resultado de junho da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), a CNC estima queda menos intensa do volume de vendas no comércio varejista este ano, que passou de -9% para -6,9% no conceito ampliado. No varejo restrito, a queda também deverá ser menos intensa, -4,7%.

O item referente à expectativa em relação à empresa também registrou crescimento mensal expressivo de 17,7%, com 136,3 pontos. A proporção de 77,1% dos empresários acredita que as condições para operação de sua empresa vão melhorar nos meses à frente, ante 61,9% em julho e 91,4% em agosto do ano passado. ▶

► **Investimentos: intenção de contratar funcionários tem crescimento recorde**

Entre os indicadores de investimento, a intenção de contratação de funcionários alcançou 77,9 pontos, crescimento recorde de 13,9%, apesar de, em nível, o indicador estar 48 pontos abaixo do índice pré-pandemia. Neste mês de agosto, cresceu a proporção dos empresários do comércio que afirmaram ter pretensão de aumentar o quadro de funcionários, passando de 25,1% em julho para 33,3%, o primeiro incremento desde dezembro de 2019.

Com reabertura gradual do comércio não essencial e expectativas de melhor desempenho do setor no último quadrimestre, parte dos varejistas já pensa em ampliar as contratações. O último trimestre do ano concentra a principal data para o comércio, com aumento sazonal das vendas entre novembro e dezembro, o que deverá motivar maior contratação de funcionários, mesmo os temporários.

As intenções de investimento na empresa alcançaram 54,3 pontos, crescimento de 2,2% entre julho e agosto. Apesar de, em nível, as intenções de investimento estarem quase 52 pontos abaixo da pré-pandemia, aumentou ligeiramente o percentual de empresários dispostos a ampliar os investimentos, indo do mínimo histórico de 20,8% em julho para 21,5% em agosto.

Parte dos comerciantes ainda encontra dificuldades de acesso às linhas de crédito, especialmente as empresas de pequeno porte nas modalidades de crédito livre, associadas à composição de capital de giro. Apesar da injeção de liquidez nos bancos comerciais, as exigências de garantias reais, muitas vezes, inviabilizam as operações de crédito.

O índice de situação atual dos estoques foi o único componente do Icec a apresentar redução em agosto, caiu -2,4% na passagem mensal, atingindo 79,3 pontos, o menor nível histórico do indicador. O percentual de comerciantes que consideram o nível dos estoques acima do adequado diante da programação das vendas aumentou de 34,4% em julho para 35,1% em agosto, a maior proporção já observada na pesquisa.

Com a necessidade de isolamento social e as lojas fechadas por quatro meses, os estoques inevitavelmente ficaram obsoletos, mesmo com parte das vendas efetuadas de forma remota – as vendas on-line. Alguns segmentos do varejo foram particularmente afetados, como vestuários, calçados e acessórios, tendo que, neste momento, adotar estratégias para readequar o nível dos estoques diante das vendas, que deverão avançar ainda em ritmo lento e gradual.

Um olhar sobre o emprego em julho de 2020

Embora o saldo entre contratações e demissões tenha sido deveras negativo, atingido mais de um milhão de pessoas, o que significa estar alto e preocupante nesses sete primeiros meses do corrente ano, numa perspectiva de curto prazo, o comportamento recente do mercado de trabalho motivou celebrações políticas por parte do governo. Os fatos deveram-se à divulgação dos últimos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) sobre o mês de julho.

Isso porque o resultado do número de trabalhadores contratados superou o de demitidos em pouco mais de 131 mil, quantidade que surpreendeu os especialistas e as expectativas do próprio governo.

Em relação ao passado recente, tomando como base os acontecimentos na economia brasileira a partir de março deste ano, trata-se de uma notícia favorável que poderá ser adicionada ao esperado cenário da recuperação. Ela certamente irá afetar expectativas, podendo influenciar projeções, mitigando prejuízos da crise. Também deverá favorecer aquelas expectativas que esperam a recuperação econômica em formato de V.

Por detrás dos arranjos estatísticos e econométricos, que vêm mitigando as previsões de queda da economia brasileira à medida que novos indicadores vão sendo

divulgados, reside grande torcida para que o País possa sair do atoleiro o mais rápido possível.

As viscerais contradições socioeconômicas ficaram sobremaneira expostas com esta crise; principalmente quanto à necessidade de se fazer uso extensivo e prolongado da política de transferências diretas, assim como com relação à oferta de crédito barato, acessível e direto para as empresas.

Castigada por um evento histórico jamais experimentado de duas recessões sucessivas em 2015-2016, a economia brasileira assistiu seu crescimento ser envergado, arqueado, em maio de 2018, com a greve dos caminhoneiros, após ter crescido muito pouco em 2017 e em 2019. No triênio 2017-2019, o Produto Interno Bruto (PIB) médio ficou ligeiramente acima de 1%, causando tremenda frustração com o seu desempenho.

Neste ano, a chegada da Covid-19 interrompeu o processo de maior evolução. Esperava-se aumento do produto doméstico de 2% a 2,5%. Com a pandemia, a situação reverteu-se; agora, quanto menor for a recessão, melhor poderá ser para que a retomada possa dar-se aceleradamente. Ainda que sobre uma base deprimida, o mercado espera que o País cresça 3,5% no ano que vem. ►

► Em julho, agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (23 mil novas vagas); indústria (53,6 mil); e construção (42 mil) foram as atividades que abriram vagas líquidas. Na contramão, o saldo dos serviços (-16 mil) derrubou o saldo. Alojamento e alimentação (-25 mil) foi o maior responsável pela contração dos serviços.

Diferentemente de outro segmento, o de informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (22 mil), que criou oportunidades de trabalho assalariado com carteira assinada. Nesse segmento, muita movimentação do emprego está ligada ao trabalho remoto e ao avanço espetacular dos processos de digitalização e de transformações virtuais pelos quais as empresas passam.

No contexto da criação do emprego em julho, tem-se a esperada recuperação da produção industrial e das vendas do comércio varejista. Simultaneamente, o

aumento do comércio exterior brasileiro, em particular o decorrente do fluxo das exportações – leia-se do agronegócio.

Algumas variáveis para que a recuperação em V possa acontecer, como os juros básicos no patamar histórico, a estabilidade do dólar elevado favorecendo exportações e os preços variando muito pouco, estão postas, pressupondo facilitar esse processo.

Em adição a esses fatores, a movimentação do emprego foi contagiada pelos efeitos diretos e indiretos das inúmeras políticas públicas de crédito e de preservação de emprego e renda, além das transferências.

Se a economia conseguir atuar em V de maneira sustentada, eficiente e continuada, esse tipo de comportamento poderá ter um significado especial: os próprios amortecedores da crise ter-se-ão transformado em propulsores do crescimento. Eles terão sido exitosos num primeiro momento e depois deverão ter servido de alavanca durante a recuperação.

Plano Decenal de Energia (PDE) 2030 – Prorrogado

A retomada do planejamento do setor de energia ensejou a elaboração do Plano Nacional de Energia (PNE) 2030, que incorpora a Eficiência Energética (EE) em seus estudos e menciona a elaboração futura de um Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf). Os Planos Decenais de Energia (PDEs) que se seguiram também inserem a eficiência energética no planejamento.

A oferta de um serviço de energia exige uma cadeia de transformações, transporte e estocagem com origem nas fontes primárias, ou seja, nas formas disponíveis na natureza, tanto de origem renovável (solar, direta, eólica, hidráulica, cana-de-açúcar e madeira) quanto não renovável (petróleo, gás natural, carvão mineral e nuclear).

O PNE 2030 tem como objetivo formular estratégias para a expansão da oferta de energia no País, buscando sempre o uso integrado e sustentável dos recursos energéticos disponíveis. Essas estratégias são construídas com base em uma sequência de estudos envolvendo simulações de diversos modelos computacionais. Os estudos iniciam-se com a formulação de cenários macroeconômicos, cujos resultados de crescimentos setoriais do Produto Interno Bruto (PIB) são importantes dados para as projeções de demandas. Com base

nessas projeções, são realizados os estudos de expansão de oferta utilizando modelos globais e setoriais de otimização da oferta de energia. Em estudos em separado, foram feitas avaliações pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) dos valores de potenciais de conservação. Através de análise de sensibilidade, utilizando cenários de demanda com e sem implementação de metas de conservação, foi avaliado o impacto da EE na estratégia da expansão da oferta de energia.

A EPE publicou o terceiro caderno de estudos para elaboração do PDE 2030, antecipado por causa das mudanças trazidas pela pandemia da Covid-19, que desatualizou o PDE 2029, publicado em fevereiro deste ano.

A EPE avaliou que, com a redução da demanda trazida pela pandemia, além da entrada de projetos já contratados em leilões de energia e as perspectivas de crescimento do mercado livre, a necessidade de capacidade instalada foi prorrogada de 2024 para o segundo semestre de 2026.

A avaliação de capacidade (ou suprimento de potência) no sistema elétrico busca identificar se o sistema tem disponibilidade adequada de recursos necessários para atender à demanda em todos os instantes, mesmo naqueles mais críticos, ►

► como picos de demanda e baixa disponibilidade das fontes renováveis.

Pelos novos cálculos, a demanda máxima em 2029 foi reduzida em dez gigawatts (GW), e a demanda máxima em 2030 será 34% maior do que a projetada para 2020.

O estudo considera só os leilões que já ocorreram, as perspectivas de entrada do mercado livre e da usina nuclear Angra 3. Não considera os leilões futuros, nem o que pode vir a compor o mercado livre no longo prazo.

Pela projeção, mesmo levando em conta a entrada da usina nuclear Angra 3 em 2026, as termelétricas perdem espaço nos próximos dez anos, saindo de uma participação de 14% em 2021 para 8% em 2030.

As hidrelétricas saem de uma fatia de 63% para 64% na mesma comparação, e o maior salto é dado pelas fontes eólica e solar, que pulam de 11% para 16% em dez anos. A biomassa mantém estabilidade no período, em 8% do total da potência instalada no País, segundo o estudo.

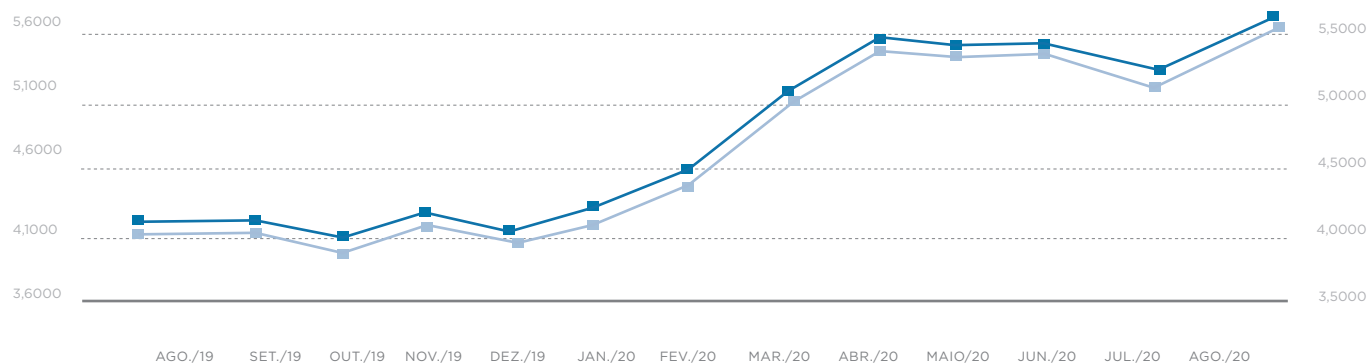
INDICADORES ECONÔMICOS

DISCRIMINAÇÃO	MAIO DE 2020	JUNHO DE 2020	JULHO DE 2020	VARIÇÃO PERCENTUAL (%)	
				ACUMULADO NO ANO	ÚLTIMOS 12 MESES
IPCA (%) (IBGE)	-0,38	0,26	0,36	0,46	-
INPC (%) (IBGE)	-0,25	0,30	0,44	0,80	-
IGP (M) (%) (FGV)	0,28	1,56	2,23	6,71	9,27
IGP (DI) (%) (FGV)	1,07	1,60	2,34	6,98	10,37
IPC Fipe	-0,24	0,39	0,25	0,58	2,73

CÂMBIO COMERCIAL (PTAX)

— COMPRA: 5,5948*

— VENDA: 5,5954*



*Em 24 de agosto de 2020

BALANÇO DE PAGAMENTOS

US\$ milhões	Jul./19	Acumulado no ano	Jul./20	Acumulado no ano
Transações correntes	-9.789,6	-30.988,0	1.627,7	-11.797,8
Balança comercial (FOB)	1.653,5	23.909,7	7.383,0	26.223,1
Exportações	20.168,0	129.757,7	19.652,4	121.321,6
Importações	18.514,5	105.848,2	12.269,3	95.098,4
Conta capital e financeira	-10.085,3	-32.806,1	1.330,7	-10.366,0
Conta capital	73,0	220,2	37,6	227,4
Conta financeira	-10.158,3	-33.026,3	1.293,1	-10.593,4
Investimento direto no exterior	1.183,6	12.445,6	663,3	-19.515,4
Investimento direto no País	5.327,8	36.475,1	2.684,9	25.526,8

Fonte: Banco Central do Brasil

CALENDÁRIO DE INDICADORES ECONÔMICOS

Agosto/Setembro de 2020

Dia	Indicador/Pesquisa	Fonte
31/08	Notimp - Política Fiscal	BC
31/08	Confiança Empresarial	FGV
01/09	Balança Comercial	MDIC
01/09	CNT	IBGE
01/09	IPC-S	FGV
02/09	IPC-Fipe	Fipe
03/09	PIM-PF	IBGE
04/09	Carta da Anfavea	Anfavea
04/09	PNAD COVID-19	IBGE

SUMÁRIO ECONÔMICO

Ano XXXVIII, nº 1.633, Agosto, 2020

Área responsável: Divisão Econômica

Editor responsável: Carlos Thadeu de Freitas Gomes

Redação técnica: Divisão Econômica - de@cnc.org.br

Projeto gráfico: Gecom

Diagramação: Gecom

Revisão: Alessandra Volkert

As últimas edições desta publicação estão disponíveis na íntegra no endereço www.cnc.org.br, na área Publicações.